

Estudo Técnico Preliminar 147/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.033536/2024-96

2. Descrição da necessidade

2.1. Este estudo técnico preliminar é destinado para licitar uma edificação denominada de **Centro de Referência em Controle da Qualidade de Alimentos da Agricultura Familiar para o Campus Realeza**; com 1.352,24 m² de área construída e 500 m² de área externa.

Origem da Demanda:

2.2. A demanda foi contemplado pelo Novo PAC com previsão de repasse via Termo de Execução Descentralizada - TED nº 14531/2024 no valor de R\$ 9.000.000,00.

2.3. A demanda surgiu no campus Realeza tendo como base um projeto institucional, sendo encaminhado ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD um plano de trabalho com fins de conseguir recurso para construção de uma edificação com a finalidade de realizar análises, laudos, certificações de alimentos que contribuam para garantir a segurança alimentar, atendendo as exigências sanitárias, legislações e regulações como às relativas a ANVISA e ao Ministério da Agricultura. Com a aprovação do projeto via TED 25/2019, foi elaborado programa de necessidade, e licitado o empresa para a confecção dos projetos Arquitetônicos e Complementares destinados ao Centro de Referência em Controle da Qualidade de Alimentos da Agricultura Familiar, pelo RDC Eletrônico nº 09/2019 decorrente do Processo Administrativo nº 23205.002737/2019-84.

2.4. Os projetos e demais documentos técnicos, e as aprovações nos órgãos competentes, destinados a este objeto, foram contratados pelo RDC Eletrônico nº 09/2019, e a equipe técnica da Secretária Especial de Obras está procedendo com a atualização do orçamento.

Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda:

2.5. Gasto público dos valores investido na contratação de empresa, homologada na licitação do RDC 09/2019, que confeccionou os projetos e demais peças documentais destinados ao presente objeto, como também o desgaste emocional dos servidores que atuaram na fiscalização deste objeto, pois foram mais de dois anos de trabalhos, com horas de reuniões e discussões, horas de análises e reanálises de projetos,

2.6. Perda de projetos arquitetônicos e projetos complementares de engenharia, pois as normas técnicas e legislações sofrem atualizações constantes, e consequentemente estes projetos não poderem ser utilizados para licitar. Caso isso ocorrer, poderá causar retrabalhos em atualizações nos projetos com responsabilidades técnicas de terceiros, pois estas seriam promovidas pela equipe técnica da instituição.

2.7. Sem esta edificação a Instituição UFFS deixa de contribuir e de entregar para a Comunidade um Centro de análise de qualidade dos alimentos produzidos na região, como também perde com o potencial de pesquisa e desenvolvimento.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS - SEO	DAIANE REGINA VALENTINI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto deverá ser classificado como *OBRA*, considerando o artigo 6º, inciso XII da Lei n. 14.133, de 2021 as definições de obra são:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

4.2. Pelo prazo de execução do objeto estar sendo estimado em 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, indicamos que o prazo de vigência contratual inicial adequado poderá ser de 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos contados da assinatura do Contrato, podendo os respectivos prazos serem prorrogados na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.2 A execução será iniciada com Ordem de Serviço que será emitida pela Secretaria Especial de Obras - SEO.

4.2.3. No Contrato será melhor detalhado as regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.2.4. Indicamos que os serviços sejam realizados em etapa única.

4.3. Dentre os regimes de execução do contrato sugere-se o de *empreitada por preço unitário*, pois este regime está definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução da obra ou do serviço em que o preço é fixado por unidade determinada. E a remuneração da contratada é estabelecida em face dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

Garantias da execução e dos serviços:

4.4. Será exigida a correspondente a **garantia da execução** nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, nas modalidades previstas, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato (art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021).

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

4.4.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades caução e fiança bancária.

4.4.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A **Garantia do produto/serviço** é de 5 anos de acordo com o art. 618 do Código Civil – Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

4.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Exigências de habilitação

4.6. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

Qualificação técnica da Contratada (Art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

4.7. Registro da empresa no conselho profissional: Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou CAU.

- A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66)
- A obrigatoriedade de registro no CAU é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 12.378/10)

4.8. A **qualificação técnico operacional**: Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço objeto da contratação; devidamente registrado(s) no CREA acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico– CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que os responsáveis técnicos da licitante tenham executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

4.8.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.9. A **qualificação técnico profissional**: O licitante deverá possuir em seu quadro, por vínculo empregatício ou por intermédio de apresentação de contrato de prestação de serviço, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes à exigida na capacidade técnico operacional.

4.9.1. Por se tratar de execução de serviço de engenharia, faz-se necessária a comprovação de qualificação técnica dos profissionais pertencentes ao quadro da empresa. Tal exigência encontra justificativa na importância e na complexidade do objeto, sendo fundamental que a Empresa seja reconhecidamente capaz de executar a obra com os requisitos necessários de qualidade, funcionalidade, durabilidade e segurança.

4.9.2. A exigência de qualificação técnica visa ainda garantir que não se formalize contrato com quem não possa demonstrar, mediante sólida documentação, qualificação para o atendimento ao Objeto que se anunciou.

4.9.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.10. **Qualificação econômico-financeira**: de acordo com o art. 22 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

4.10.1. Quando apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, o art. 24 da Instrução Normativa determina que elas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma do §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021, que possibilita à Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como exigência para sua habilitação.

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices

econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Vistoria

4.11. Considerando a características da contratação é *facultado* aos Licitantes, a realização de Vistoria para conhecimento do local onde serão prestados os serviços.

4.12. Se ocorrer vistoria o agendamento deverá ser efetuado previamente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, com a Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do Campus Realeza, no e-mail assin.re@uffs.edu.br ou pelo telefone nº (46) 3543-8324.

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Subcontratação

4.14. O objeto deste certame poderá ter subcontratações, os percentuais estarão definidos no Encarte Técnico e no Termo de Justificativa Técnica que será um dos Anexo do Termo de Referência.

Critérios de sustentabilidade

4.15. Estes serviços deverão estar de acordo com padrões de sustentabilidade exigidos na Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI /MPOG. Em qualquer situação deverão ser aplicadas as normas do INMETRO e as normas da ABNT, Normas de Segurança e de Prevenção Contra Incêndio, atualizadas e específicas para cada situação.

4.16. O projeto foi elaborado conforme legislação vigente e normas da ABNT aplicáveis, seguindo as boas práticas e levando em consideração a economia de materiais, utilização de materiais menos poluentes etc.

4.17. A contratação deverá estar em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Normativos que disciplinam os serviços objetos desta contratação

4.18. Os serviços de instalação de equipamentos e materiais que venham a ser fornecidos ou aplicados deverão, no que for cabível, obedecer aos seguintes requisitos técnicos, e demais legislações, resoluções técnicas ou normativas, que vierem a substituí-los ou complementá-los:

- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal nº 6.496/77 – Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Lei Federal nº 12.378/2010 – Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo;

- Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia –CONFEA;
- DECRETO nº 7.983 de 2013 – Regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência;
- Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI/MPOG - critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens;
- Manual de Obras Públicas - Edificações Práticas da SEAP - Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio;
- *Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação* - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - AGU;
- NBR 9050 - Norma Brasileira para Acessibilidade;
- NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- ABNT NBR 5410 Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNTNBR5419-1 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;
- ABNTNBR5419-2 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de risco;
- ABNT NBR5419-3 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida;
- ABNTNBR5419-4 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura.
- ABNTNBR13570 Instalações elétricas em locais de a urgência de público Requisitos específicos;
- ABNTNBR13534 Instalações elétricas de baixa tensão- Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde;
- ABNT NBR NM 60669-1 Interruptores para instalações elétricas fixas domésticas e análogas Parte 1: Requisitos gerais;
- ABNT NBR ISO/CIE 8995-1 Iluminação de ambientes de trabalho Parte 1: Interior;
- ABNT NBR NM 60898 Disjuntores para proteção de sobrecorrentes para instalações domésticas e similares (IEC 60898: 1995, MOD);
- ABNT NBR IEC 60947-2 Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão Parte 2: Disjuntores;
- NBR 14565:2013 Cabeamento de telecomunicações para edifícios comerciais;
- ABNT NBR 16401: Instalações de ar-condicionado – Centrais e unitário;
- ABNT NBR 14679: Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
- Resolução técnica CBMRS Nº 01 DIRETRIZES BÁSICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO 2022;
- ABNT NBR 13103 – Instalação de aparelhos a gás – Requisitos. e) Resolução RDC nº 50 de 21/02/2002 – ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- ABNT NBR 16069: Segurança em sistemas frigoríficos;

Informações complementares

4.19. Muitas informações solicitadas neste ETP estarão contempladas no Encarte Técnico - Projetos Básicos/ Executivo e nos Memoriais Descritivos e de Especificações, e também no Termo de Justificativas Técnicas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Dentro das soluções possíveis de mercado, está se considerando que a opção mais vantajosa para a administração será a de contratar uma empresa especializada para a realização desta obra, já que no quadro de servidores da UFFS não dispomos de pessoal para a execução destes serviços.

5.2. Por trata-se de uma obra, diversos empresas/construtoras/fornecedores que possuem condições e habilidades para a realização destes serviços, tanto a nível local como nacional podem participar da licitação.

5.3. As soluções disponíveis no mercado compõem-se de contratação de serviços de engenharia, o qual tem projetos aprovados nos órgão competentes e pela equipe técnica da SEO, sendo que a demanda foi pensada/elaborada/desenvolvida na melhor alternativa possível para a Administração.

5.4. Como os serviços oriundos desta contratação não possuem nenhuma especificidade, entende-se que o mercado apto para a participação desta licitação é amplo, pois abrange todos os fornecedores de obras/construtoras.

5.5. A exclusividade de participação de fornecedores na condição de ME/EPP/COOP na licitação, em função do valor estimado do objeto a ser licitado a referida aquisição não prevê a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538 /2015.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo, é de empresa especializada que atua na área do objeto a ser contrato, o

fornecimento habitual dos serviços demandados, além da existência de inúmeras prestadoras de serviço com potencial para participar da licitação.

6.2. Sendo o objeto: Contratação de empresa especializada na execução de obra destinada ao "**Centro de Referência em Controle de Qualidade de Alimentos da Agricultura Familiar para o Campus Realeza**", no Estado do Paraná, da Universidade Federal da Fronteira Sul, com obras de construção civil e arquitetura, movimentação de terra, fundações, superestrutura, alvenaria, esquadrias, cobertura, revestimentos, passarela, impermeabilização, instalações hidrossanitárias, instalações mecânicas, instalações elétrica, instalações preventivas contra incêndio, instalações telecomunicações, louças e acessórios, drenagem pluvial, paisagismo e urbanismo, com 1.352,24 m² de área construída e 500 m² de área externa; conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no edital.

6.3. Esta obra tem como objetivo a construção do Centro de Referência em Controle da Qualidade de Alimentos com a finalidade de realizar análises, laudos, certificações de alimentos que contribuam para garantir a segurança alimentar, atendendo as exigências sanitárias, legislações e regulações como às relativas a ANVISA e ao Ministério da Agricultura.

6.4. Contará com um auditório com capacidade aproximada de 50 pessoas; 2 copas; 4 salas de professores; sala de aula e sala de estudos; 8 salas administrativas; vestiários masculino e feminino, banheiros Masc/Fem e para PCD nas duas extremidades da edificação; salas de recepções e áreas de circulação. Toda edificação será acessível, climatizada e com segurança patrimonial, com acesso a rede de internet. Laboratórios e subdivisões: Lab. de Resíduos e Efluentes, Lab. Físico-Químico, Lab. Central Analítica, Lab. Bioquímica Nutricional, Lab. de Microscopia, Lab de Pesquisa e Desenvolvimento e Lab. de Análise Sensorial.

6.4. Todas as descrições e especificações serão melhor detalhadas nos respectivos documentos técnicos, como:

- Memoriais Descritivos;
- Encarte Técnico;
- Projetos Executivos Arquitetônicos e complementares de engenharia;
- Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro;
- Termo de Justificativa Técnica.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo da demanda será estimado considerando todos os serviços destinados a execução da obra, até o funcionamento da edificação, conforme demonstrado através da planilha de composição de preços que será posteriormente juntadas ao processo licitatório, de acordo com o previsto no Decreto 7.983/2013.

7.2. As diretrizes para a prestação dos serviços estarão melhor detalhadas nos Memoriais Descritivos e Especificações Técnicas, estas pretendem indicar as exigências mínimas necessárias para atender a necessidade da instituição.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.352.921,02

8.1. A definição dos custos unitários de referência para esta contratação será observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021. E os itens que não estiverem contemplados nas tabelas de referência SINAPI e/ou ORSE, será adotados custos obtidos em cotações de pesquisa de mercado.

8.2. Valor estimado para a contratação pretendida é o previsto no repasse via TED nº 14531 no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de Reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não haverá parcelamento da solução, tendo em vista esta ser uma obra única. A justificativa com relação ao parcelamento ou não da solução estará no documento "Encarte Técnico" e "Termo de Justificativa Técnica", o qual detalhará a opção pelo não parcelamento e as possibilidades de subcontratação de parte do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A necessidade institucional do presente Estudo, não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida esta prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações PCA 2024, cadastrada o Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 204/2023.

11.2. No PDI (2019-2023)

- Objetivo 6 – Desenvolvimento da Extensão
- Objetivo Específico – Construção do Centro de Referência em Controle da Qualidade de Alimentos, que tem a finalidade de realizar análises de alimentos para garantir a segurança alimentar.
- Planos de Ações:
 - CRE090 - Consolidar o Centro de Referência em Controle de Qualidade de Alimentos
 - SEO039 - Construção do Centro de Referência em Controle da Qualidade de Alimentos

11.3. No PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL ANUAL (PA) E PROPOSTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA UFFS - 2024 - o plano de ação consta SEO0178 - Construção do Centro de Referência em Controle da Qualidade de Alimento

11.4. O objeto da contratação foi incluído no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2024
- Data de publicação no PNCP: 09/02/2024
- Id do item no PCA: N/C
- Classe/Grupo: 542- SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL
- Identificador da Futura Contratação: 378/2024

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Pretende-se com a presente contratação entregar para comunidade uma edificação com laboratórios para realização de análise de qualidade dos alimentos produzidos na região de abrangência do campus Realeza, como também para desenvolvimento de pesquisa extensão.

12.2. O objetivo é desenvolver um centro de referência para o setor produtivo de alimentos na região Sudoeste do Paraná, para auxiliar no desenvolvimento do território, atuar na implementação de sistemas de certificação orgânica, a partir de prestação de serviços (análises laboratoriais), atividades de extensão (consultorias, formação educativa) e de pesquisa (que foquem em segurança alimentar e nutricional, sanidade animal, meio ambiente, etc.).

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Importante a licitante analisar todos os documentos técnicos, bem como a planilha orçamentária, para apresentar à fiscalização possíveis inconsistências no material para que, em tempo hábil, a contratante possa apresentar as soluções, não ocorrendo paralisações ou falta de frente de obra.

13.2. O terreno onde será a implantação da edificação necessitará de limpeza de vegetação, retirada de cerca e alambrado em tela, corte raso e recorte de árvores, e remoção de raízes remanescentes de troncos de árvores, mas este serviços estarão contemplados na planilha orçamentária para a empresa contratada executar após a emissão da ordem de serviço.

13.3. A contratada também deverá apresentar após a contratação um leiaute do canteiro de obras, e também providenciar entrada de energia e água para uso na obra.

13.4. Não existem providências da parte da equipe de planejamento e da instituição a ser tomada para a pretensa contratação, a tramitação do plano de trabalho para aprovação do TED 14531/2024 estão sendo tomadas, para que o recurso esteja garantido

para empenhar. E demais documentos técnicos necessários para a viabilização da licitação estão sendo finalizados para agilizar o encaminhamento do processo licitatório.

14.5. Pelo orçamento ter sido elaborado pela empresa contratada no ano de 2022 (RDC Eletrônico nº 09/2019 decorrente do Processo Administrativo nº 23205.002737/2019-84 e Contrato nº 71/2019), a equipe técnica da SEO está promovendo a atualização orçamentária, tabela SINAPI/SICRO/ORSE mês de referência 09 e ou 10 a depender da última versão de atualização, e os itens que não são decorrentes de composições dessas tabelas oficiais estão sendo realizadas pesquisas de pesquisas de mercado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência da contratação, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento da contratação entende ser viável a referida contratação, pois existem muitas empresas/fornecedores de obras/construtoras no mercado que estão aptas a participar desta licitação. Outro ponto a destacar é que a demanda tem projetos executivos e demais documentos técnicos prontos, e como o valor a investir será via repasse de recurso via o TED 14531/2024, pois o objeto foi contemplado pelo Novo PAC.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SANDRA SALETE VILBERT

Membro da comissão de contratação

FABRICIO BALESTRIN

Membro da comissão de contratação

FABIO CORREA GASPARETTO

Membro da comissão de contratação

RODRIGO EMMER

Membro da comissão de contratação

SILVIO ANTONIO TESTON

Membro da comissão de contratação

GIOVANI FAVERO

Membro da comissão de contratação

RONY RISTOW

Membro da comissão de contratação

ADRIANA FREITAG MIGOTT

Membro da comissão de contratação

ADEMIR TANCINI

Membro da comissão de contratação

DAIANE REGINA VALENTINI

Autoridade competente